

cento) recuperáveis através de deduções nos recolhimentos mensais de ISS e/ou IPTU. Confissões de Dívidas são valores negociados com os clientes, que por meio de Termo formal confessam suas dívidas comprometendo-se a liquidá-las em prazos e condições acordadas com a CDP, por meio de títulos negociáveis de fácil liquidação.

Termo de Cooperação Técnica STN/CDP/SIAFI permite a CDP utilizar, na modalidade parcial, o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI. Assim, seu saldo representa recursos já liberados pela União para aumento de capital (investimentos).

NOTA 7 - REALIZAVEL A LONGO PRAZO

Crédito para Indébito Tributário corresponde ao saldo atualizado e a recuperar das contribuições recolhidas indevidamente ao INSS, sobre a remuneração paga aos administradores e trabalhadores autônomos, objeto do processo nº 99.4037-2, cuja sentença garantiu a CDP a compensação mensal de 30% (trinta por cento) da contribuição patronal, o que vem sendo realizada desde março de 2002.

Depósitos Judiciais e Contratuais, representam os valores atualizados de bloqueios judiciais e depósitos recursais efetivados pela CDP, em processos trabalhistas e contratuais nos quais é reclamada.

O saldo da conta "Recursos a Receber da União", integrante do Realizável a Longo Prazo é representativa dos valores que aguardam liquidação por parte da União, em ressarcimento aos repasses efetivados pela CDP às Hidrovias (Ahimor e Ahitar), inclusive em exercícios anteriores, nos termos dos Convênios nºs.003/95, já extinto, e do nº315/06 em vigência. Em 31 de dezembro de 2007 encontravam-se pendentes os valores a seguir:

UNIDADES	2007	2006
AHIMOR (Conv.003/90)	2.414.689,73	2.683.890,67
AHITAR (Conv.003/90)	1.867.591,90	1.546.875,15
AHITAR (Conv.001/95)	453.023,78	453.023,78
Ministerio da Ciência e Tecnologia	1.089,00	4.559,67
INFRAERO		1.082,47
TOTAL	4.736.394,41	4.689.431,74

Adiantamentos a Unidades, representam valores repassados às Hidrovias (AHIMOR e AHITAR) e, sobretudo, ao Terminal Portuário de Outeiro (Convênio no. 06/2005). Para este último, o ressarcimento vem sendo postergado, desde 2003, apresentando saldo acumulado até 31/12/07 de R\$ 7.932.412,35 figurando contabilmente em contas do ativo e passivo a longo prazo, em igual valor.

NOTA 8 - ATIVO PERMANENTE

Os bens móveis e imóveis são controlados por sistema informatizado de controle patrimonial, sendo sua existência física verificada regularmente. O Ativo Permanente apresenta a seguinte composição:

INVESTIMENTOS	Vr.Corrigido	2007	Vr.Líquido	2006
Partic.O.Sociedades	114.847,97	114.847,97	114.847,97	
Incentivos Fiscais	18.944,30	18.944,30	18.944,30	
Outros Investimentos	98.245,79	98.245,79	98.245,79	
TOTAL	232.038,06	232.038,06	232.038,06	

IMOBILIZADO	Vr.Corrigido	Depreciação	2007	Vr.Líquido	2006
-------------	--------------	-------------	------	------------	------

BENS MÓVEIS

Móveis e Utensílios	7.127.259,38	4.733.398,84	2.393.860,54	2.541.205,48
Veículos	372.656,53	348.929,13	23.727,40	47.741,44
Máq.e equipamentos	9.777.194,36	6.393.624,49	3.383.569,87	3.309.174,69
Bens Proc.de baixa	56.941,70	0,00	56.941,70	57.036,95

BENS IMÓVEIS

Edif.Predios Diversos	39.820.119,94	25.684.251,05	14.135.868,89	15.442.580,83
Terrenos	1.349.210,82	0,00	1.349.210,82	1.349.210,82
Bens Nat. Industrial	173.583.919,12	75.470.004,34	98.113.914,78	97.049.420,86
Imobilizações em Curso	4.682.094,17	0,00	4.682.094,17	10.426.729,72

TOTAL	236.769.396,02	112.630.207,85	124.139.188,17	130.223.100,79
TOTAL DO ATIVO PERMANENTE	237.001.434,08	112.630.207,85	124.371.226,23	130.455.138,85

Em "Imobilizações em Curso" estão inclusos valores, sem movimento, referentes aos investimentos realizados no Terminal de Outeiro, ex-Sotave, remanescentes de exercícios anteriores ainda não imobilizados em função dos gastos dos Convênios 013/02 e 06/2005 encontrarem-se sob análise por parte do Ministério dos Transportes, a quem cabe definir sua propriedade, se da União ou se da CDP.

NOTA 9 - PASSIVO CIRCULANTE

Obrigações Fiscais e Trabalhistas agrega valores de obrigações originárias da folha de pagamento, das retenções sobre aquisições de bens e serviços de terceiros e também de contribuições incidentes sobre o faturamento dezembro 2007.

Dividendos a Pagar foram apurados, de acordo com legislação e determinações pertinentes, sobre o lucro auferido no exercício 2007 e, após aprovados em Assembléia, deverão ser repassados a União, único acionista da Companhia.

As **Provisões** que integram o passivo circulante são valores relativos às férias, que foram provisionadas de forma proporcional ao período aquisitivo, devidamente acrescidos dos encargos sociais incidentes sobre as mesmas. E, excepcionalmente, neste exercício, inclui também o valor da diferença salarial decorrente do acordo Coletivo 2007, a ser liquidada em folha de janeiro/2008.

NOTA 10 - EXIGÍVEL A LONGO PRAZO

Os processos trabalhistas em fase de andamento ou execução (R\$4.534.354,71), bem como, as possíveis perdas com o processo movido contra o Banco da Amazônia S/A em busca da recuperação dos recursos bloqueados quando da intervenção no Banco Santos (R\$750.000,00) que em 2006 constavam das reservas de contingências, neste exercício de 2007 foram provisionados no Passivo Exigível a Longo Prazo como "Provisões para Contingências", com base em relatório do Setor Jurídico da CDP.

O **Convênio 006/05**, mencionado na Nota 4, referente ao Terminal de Outeiro também encontra-se registrado no ELP (passivo) assim como no RLP (ativo) por representar aplicações de recursos adiantados e recuperáveis.

NOTA 11 - RESULTADO DE EXERCÍCIOS FUTUROS

Em **Créditos a Realizar** está o saldo de receitas futuras a apropriar de acordo com as compensações a serem efetivadas em contribuições previdenciárias vicendas e cujo direito, registrado no ativo como Crédito para Indébito Tributário, foi consignado no Proc.99.4037-2, contra o INSS.

NOTA 12 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O **Capital Social** de R\$ 158.646.771,25, registrado em 31 de dezembro de 2007, é representado por 2.047.786.413 ações, sem valor nominal, sendo 1.023.893.207 ações ordinárias e 1.023.893.206 ações preferenciais, ambas espécies nominativas e de classe única. As ações preferenciais, sem direito a voto são inconversíveis em ordinárias, porém asseguram a seus detentores prioridade no caso de reembolso de capital e na distribuição do dividendo obrigatório. Os **Ajustes de Exercícios Anteriores** decorrem basicamente do aprimoramento das práticas contábeis, estando assim sumariados:

	2007	2006
Ajustes de Receitas	(144.925,80)	(141.457,08)
Reclassificação de Despesas	2.225.999,60	1.553.978,16
Baixa devedores de exerc.anteriores	3.433.068,89	-
Provisão contingências exerc.anteriores	3.581.168,49	-
Reversão sdo.de Part.Lucro anteriores	14.798,64	-
TOTAL	9.110.109,82	1.412.521,08

A Companhia deixa de constituir "Reservas para Contingências", tendo em vista análises, levantamentos e provisões realizados durante o exercício 2007, que eliminaram as razões que a justificaram no período 2005 e 2006, revertendo todo o seu saldo (R\$ 9.550.000) para a conta de Lucros (prejuízos) Exercícios Anteriores.

NOTA 13 - RESULTADO

O resultado 2007 refletido nas demonstrações contábeis consolida as unidades conveniadas e tem a composição abaixo, no exercício de 2007 e de 2006. Os Lucros apurados no exercício foram distribuídos em conformidade com o prescrito nos Arts.26 e 27 do estatuto CDP e Arts. 193 e 202 da Lei 6.404/76.

UNIDADES	2007	2006
CDP	9.797.644,42	6.817.714,02
OUTEIRO	(1.084.961,13)	(1.374.209,70)
AHIMOR	234,71	56.923,47
AHITAR	(301.974,43)	(241.061,59)
TOTAL	8.410.943,57	5.259.366,20

NOTA 14 - REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES E EMPREGADOS

Na forma do Art. 3º do Decreto Nº 95524, de 21 de dezembro de 1987, foram registrados os valores demonstrados abaixo como maior e menor remuneração paga aos administradores e empregados, com base em 31 de dezembro de 2007 e 2006.

REMUNERAÇÃO	2007	2006
Administradores		
Maior	9.843,53	9.843,53
Menor	9.843,53	9.843,53
Empregados		
Maior	38.476,63	22.668,49
Menor	540,75	547,56
Valor Médio	3.707,87	3.698,65

DELIBERAÇÃO Nº 01/2008 DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA DOCAS DO PARÁ - CDP, no uso das atribuições legais e estatutárias e, de acordo com a deliberação tomada Reunião Extraordinária, realizada nesta data, **DECLARA**: Manifestar-se favoravelmente sobre o Relatório da Administração e as Contas da Empresa relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2007, com base nos Pareceres das Auditorias Interna e Externa e do Conselho Fiscal da CDP. Belém (PA), 12 de março de 2008. **JORGE DO CARMO PIMENTEL** / Presidente do Conselho de Administração/CDP.

PARECER SOBRE RELATÓRIO ANUAL DE ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS O CONSELHO FISCAL da Companhia Docas do Pará - CDP, no uso das atribuições legais e estatutárias, tendo examinado o Relatório Anual de Administração e as Demonstrações Contábeis da Empresa, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007, com base no parecer de auditoria da **MANDARINO E ASSOCIADOS AUDITORES** e mediante parecer da Auditoria Interna da Companhia, é de opinião que os referidos documentos refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição financeira e patrimonial da CDP, estando assim, em condições de serem submetidos à apreciação da Assembléia Geral de Acionistas. Belém (PA), 12 de março de 2008. **EVANDRO LUIZ DE SOUZA** / Presidente. / **MARIA AUXILIADORA D. CARVALHO** Membro / **MARCOS JOSÉ PEREIRA DAMASCENO** Membro.

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES Aos Senhores / Acionistas, Conselheiros e Diretores da Companhia Docas do Pará - CDP Belém - PA

1. Examinamos o balanço patrimonial da COMPANHIA DOCAS DO PARÁ - CDP, levantado em 31 de dezembro de 2007, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos correspondentes ao exercício findo naquela data, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis. 2. Nosso exame foi conduzido de acordo com as normas brasileiras de auditoria e compreendeu: (a) o planejamento do trabalho, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Companhia; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da Companhia, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. 3. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da COMPANHIA DOCAS DO PARÁ - CDP, em 31 de dezembro de 2007, o resultado das suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos, referentes ao exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. 4. Adicionalmente, examinamos as demonstrações dos fluxos de caixa, do valor adicionado e balanço social da COMPANHIA DOCAS DO PARÁ - CDP, correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, aplicando os mesmos procedimentos descritos no parágrafo 2. Essas demonstrações não são requeridas como parte das demonstrações contábeis básicas e foram elaboradas para permitir análises adicionais. Em nossa opinião as referidas demonstrações e balanço social estão adequadamente apresentadas, em todos os aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. 5. As demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2006 foram examinadas por outros auditores independentes, que emitiram parecer, datado de 09 de março de 2007, com ressalvas. 25 de fevereiro de 2008. / **MANDARINO & ASSOCIADOS AUDITORES CRC-RJ 003812 / O-8 / HUMBERTO DA SILVA MANDARINO CONTADOR - CRC-RJ 62.074/ O-7 / MARCELO FASSINI BRANCO CONTADOR - CRC-RJ 087.590/ O-8.**